

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA – ASCES/UNITA  
BACHARELADO EM DIREITO  
MILA DUARTE QUEIROZ

**EXECUÇÃO FISCAL:** Afronta as Garantias Constitucionais  
do Contribuinte?

CARUARU, 2018

MILA DUARTE QUEIROZ

**EXECUÇÃO FISCAL: Afronta as Garantias Constitucionais  
do Contribuinte?**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao  
Centro Universitário Tabosa de Almeida - ASCES/  
UNITA, como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Direito.  
Orientador: Marcos Jordão.

CARUARU, 2018

## RESUMO

O presente artigo tem por finalidade fazer uma análise crítica do processo de cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública em confronto com as garantias processuais constitucionais e seus reflexos no Direito Processual. Busca-se, nessa toada, verificar a pertinência (ou a impertinência) das prerrogativas processuais conferidas à Fazenda Pública, tais como os prazos especiais, o duplo grau obrigatório, a formação unilateral dos créditos fazendários pela inscrição na dívida ativa e o título que a representa, intimação pessoal dos advogados públicos, dentre outros, em contraponto à extrema vulnerabilidade do contribuinte, praticamente desnudo do direito ao contraditório, ampla defesa e paridade de armas. Assim, o presente ensaio quedou-se da seguinte forma: o primeiro tópico cuidou de explanar todo o procedimento da execução fiscal com suas peculiaridades; o segundo, discorre sobre os diversos benefícios processuais concedidos a Fazenda Pública; e finalmente, expõe-se as principais garantias constitucionais do contribuinte que são postas em paradoxo aos privilégios fazendários no âmbito do processo executivo fiscal. Destarte, verifica-se no transcurso da pesquisa que a execução fiscal acaba por lesar o executado, esvaziando as garantias constitucionais a este concedidas, em virtude dos desarrazoados benefícios outorgados ao ente público, quando em juízo. Conclui-se, por fim, pela indispensável e imperiosa revisão do sistema, com fulcro no real gozo da justiça de fato, na isonomia material, com atenção à paridade de armas e, igualmente, pela consideração ao postulado da dignidade da pessoa humana, erigido a princípio fundamental da República Federativa do Brasil e eixo em torno do qual devem gravitar os institutos processuais. Para tanto, a metodologia aplicada ao estudo é puramente bibliográfica e concentrada em doutrinas, jurisprudências dos tribunais superiores, súmulas e legislação pátria que tratam dos direitos fundamentais, do Fisco em juízo e do Direito Processual.

Palavras-Chave: Garantias constitucionais. Execução Fiscal. Fazenda Pública. Contribuinte. Prerrogativas.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to make a critical analysis of the process of recovering the active debt of the Public Treasury in comparison with the constitutional procedural guarantees and its reflexes in the Procedural Law. In this task, it seeks to verify the pertinence (or impertinence) of the procedural prerogatives granted to the Public Treasury, such as the special time limits, the obligatory double degree, the unilateral formation of the estate credits by the inscription in the active debt and the title that the represents, personal subpoena of public lawyers, among others, in counterpoint to the extreme vulnerability of the taxpayer, practically naked of the right to the contradictory, ample defense and parity of arms. Thus, the present essay was as follows: the first topic was to explain the entire procedure of tax execution with its peculiarities; the second, deals with the various procedural benefits granted to the Public Treasury; and finally, it exposes the main constitutional guarantees of the taxpayer that are put in paradox to the privileges fazendarios in the scope of the fiscal executive process. Thus, it is verified in the course of the investigation that the tax execution ends up harming the executed, depleting the constitutional guarantees granted to it, due to the unreasonable benefits granted to the public entity, when in court. Finally, it is concluded by the indispensable and imperative revision of the system, with a fulcrum in the real enjoyment of de jure justice, in material isonomy, with attention to parity of arms and, also, by consideration of the postulate of the dignity of the human person, erected the fundamental principle of the Federative Republic of Brazil and the axis around which the procedural institutes should gravitate. For this, the methodology applied to the study is purely bibliographical and focused on doctrines, jurisprudence of higher courts, precedents and national legislation dealing with fundamental rights, the Treasury in court and procedural law

Keywords: Constitutional guarantees. Tax Execution. Public farm. Taxpayer. Prerogatives.

# SUMÁRIO

## RESUMO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 EXECUÇÃO FISCAL.....	07
2.1 Cabimento. A certidão de dívida ativa.....	07
2.2 Legitimidade ativa e passiva.....	08
2.3 Procedimento.....	11
3 Benefícios Processuais Fazendários .....	16
3.1 Benefícios em Espécies .....	14
4 Garantias Processuais do Contribuinte e Benefícios Processuais da Fazenda Pública: Uma Análise Crítica.....	19
4.1 Garantias Constitucionais do Processo.....	19
4.2 Mitigação das Garantias Constitucionais do Contribuinte.....	20

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## REFERÊNCIAS